timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XI PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 115 AGOSTO 1995

À ESPERA DA DEMOCRACIA

No dia 17 de Agosto a Indonésia comemorou o 50º aniversário da sua independência. Com Timor Leste a iluminar-lhe as comemorações

Proclamada unilateralmente em 1945, 2 dias após o fim da 2ª Guerra Mundial, só em 1949 a Holanda reconheceu a independência da sua colónia das Índias Orientais. Hoje, 50 anos após essa data libertadora, a Indonésia continua à espera da democracia, enquanto vai mimetando as práticas do antigo colonizador.

UM PASSADO AINDA PRESENTE

O regime indonésio apostou, nestas comemorações, em dar de si uma imagem tolerante. Libertou três presos políticos do tempo do golpe de 1965, reduziu a pena a muitos outros e revogou a medida que obrigava os antigos presos políticos do PKI (Partido Comunista da Indonésia) a serem como tal identificados no seu BI.

Os libertados foram o Vice-Primeiro Ministro e MNE ao tempo de 1965, Dr. Subandrio, hoje com 81 anos de idade, o marechal do ar Omar Dhani, também ele ministro de Sukarno, com 71 anos, e Raden Sugeng Sutarto. Todos eles tinham sido condenados à morte e viram a pena comutada para prisão perpétua na década de oitenta.

Mas quando a Indonésia celebrava estas libertações, o Ministro da Justiça Oetojo Oesman, de visita à prisão de Cipinang, anunciava aos jornalistas que 7 presos, dos quais 2 políticos, seriam em breve executados, recusando-se porém a dizer os seus nomes e a data da execução (*Kompas*, 18/8/95).

Nesse mesmo dia 17, a Tapol, uma organização de defesa dos direitos humanos sediada em Londres, denunciava que os 2 citados presos políticos eram I. Bungkus e Nataneal Marsudi, antigos sargentos da guarda presidencial de Sukarno, presos em Outubro de 1965 e condenados à morte em Julho de 1971, o primeiro, e em Outubro de 1968, o segundo. A decisão da sua execução teria sido tomada numa reunião em que teria participado, para além do Ministro, o director geral dos assuntos prisionais Baharuddin Lopa, que é também o secretário da Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

Dias depois, em entrevista publicada no *Kompas* (23/8/95), o Ministro confirmaria os nomes.

TEMPO DE BALANÇO

Várias foram as instituições que aproveitaram a passagem dos 50 anos de independência da Indonésia para chamar a atenção da comunidade internacional para a situação que se vive naquele país.

O *Forum Asia*, uma associação de 20 organizações do Sul da Ásia e do Sueste Asiático dedicadas aos problemas dos direitos humanos e do desenvolvimento com sede em Banguecoque, Tailândia, publicou na ocasião um relatório - "*uma expressão de solidariedade com os grupos de direitos humanos e democráticos indonésios*" - onde lembra que ao fim de meio século a Indonésia ainda continua à espera de uma transformação democrática.

Fruto de uma visita de estudo de uma equipa daquela associação à Indonésia, o relatório denuncia "*a permanência do autoritarismo e a ausência de respeito pelas internacionalmente reconhecidas liberdades de expressão, de associação e de reunião.*" O relatório diz ainda que "*os intelectuais, os trabalhadores e outros grupos, se estão a fazer ouvir mais ao exprimiram os seus pedidos de mudança*", a que "*o governo tem respondido com uma mistura de coerção crescente com alguns esforços de compromisso.*"

Também o *New York Times* dedicou o seu editorial de 17 de Agosto a fazer um balanço de 50 anos de independência da Indonésia. "*Este é um grande dia, em muitos aspectos, para a Indonésia*" escreve o editorialista. Depois de referir alguns

neste número:

À ESPERA DA DEMOCRACIA

ONU: A AMEAÇA DA CONDENAÇÃO

IRLANDA: COM OBJECTIVOS CLAROS

desses aspectos, acrescenta: "*Mas pouco será dito sobre a face mais oculta da dominação militar autoritária do Presidente Suharto. (...). Sob a sua Ordem Nova, e apesar das promessas de 'abertura', os dissidentes são encarcerados, a tortura é rotina, o parlamento limita-se a dar bençãos e Suharto, com 74 anos e no seu 6º mandato, é virtualmente presidente vitalício.*" A parte final do editorial é dedicado ao problema de Timor: "*Nenhuma questão é mais tocante que a de Timor Leste (...) que a Indonésia invadiu em 1975 e depois anexou.*" Depois de descrever sucintamente a situação no território, o editorial termina: "*Na verdade, a soberania indonésia sobre Timor Leste assenta na mesma doutrina imperial que a Indonésia experimentou como colónia holandesa: a conquista pela força é uma prerrogativa dos poderosos.*"

O QUEIMAR DA BANDEIRA

Os timorenses, e aqueles que os apoiam na sua luta, não quiseram deixar de se associar às celebrações. Saudando embora os povos da Indonésia pelo seu primeiro meio século de independência, aproveitaram a oportunidade para lhes lembrar que, tal como eles, também os habitantes de Timor Leste querem viver livres do jugo colonial.

Em vários pontos do globo foi o regime indonésio confrontado com este desafio.

Alguns exemplos: na Europa - em Madrid, onde jovens timorenses invadiram o jardim da embaixada e arriaram e queimaram a bandeira indonésia, em Dublin, onde o *East Timor Ireland Solidarity Campaign* organizou uma "Caminhada pela Paz" entre as embaixadas da Austrália, dos EUA e da Grã-Bretanha, em Londres, onde o *British Coalition for East Timor* promoveu uma concentração à porta da residência do embaixador indonésio fazendo coincidir a cerimónia do içar da bandeira indonésia com o desfraldar das bandeiras de Timor Leste e da Papua Ocidental - na América, em Los Angeles, onde activistas do comité local do ETAN distribuíram à porta do consulado, aos convidados para a cerimónia da independência, a intervenção do *East Timor Religious Outreach* na Comissão de Descolonização - na Ásia, em Manila, onde os manifestantes se concentraram à porta da embaixada da Indonésia e queimaram a respectiva bandeira - na Oceania, em Wellington, onde o alvo dos manifestantes foi o Ministério da Defesa pelos exercícios militares conjuntos indonesio-neozelandeses, em Sidney, onde os convidados às comemorações para entrar no consulado indonésio tiveram que saltitar por cima dos corpos de várias dezenas de solidários simulando mortos enquanto a instalação sonora difundia com muitos decibels o uivo das sirenas e o som dos disparos do massacre de Santa Cruz.

A AMEAÇA DA CONDENAÇÃO

Decorreram durante o mês de Agosto, em Genebra, os trabalhos da 47ª sessão da Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção da Discriminação e a Protecção das Minorias. Esta Subcomissão é composta por 26 peritos em direitos humanos, teoricamente independentes dos governos dos países de onde são originários.

Este ano, a questão quente da agenda foram as violação dos direitos humanos praticadas pelo regime indonésio na própria Indonésia. Foi o país sobre o qual houve mais intervenções durante toda a sessão.

Vários indonésios denunciaram a situação vivida no seu país, entre eles Rosa Damayanti, condenada a 12 meses de prisão por ter participado numa manifestação em Dezembro de 93, e S. Hersri, um escritor e poeta que passou 14 anos nas prisões de Suharto.

Pela segunda vez (a primeira foi o ano passado) uma resolução, co-patrocinada pelos peritos do Chile, EUA e Noruega, foi submetida à Subcomissão.

Os peritos do Sul, particularmente os da África (Camarões, Marrocos, Nigéria), mostraram-se particularmente frágeis perante as pressões da Indonésia feitas através dos seus governos. Isso foi evidente no debate que antecedeu a votação. A Indonésia usou ainda a seu favor o facto de ter libertado três antigos presos políticos.

No final, a resolução foi derrotada com 9 votos a favor e 14 contra (melhor que o ano passado, onde apenas conseguiu 7 votos favoráveis). Não houve abstenções.

Só depois da votação é que foi conhecido em Genebra a decisão do governo indonésio de executar mais alguns dos seus condenados à morte, o que, a saber-se antes, teria eventualmente alterado o resultado da votação.

"QUANDO DESCOBRIREM A VERDADE..."

"*Sou um indonesio-americano, nascido em Jacarta, Indonésia. Recebi a minha primeira educação em Jacarta e licenciei-me nos Estados Unidos. Sou pastor de uma congregação afro-americana em Mount Vernon, Nova Iorque.*

O meu pai também era pastor e foi preso, e mais tarde executado, pelas forças japonesas que ocupavam a Indonésia durante a 2ª Guerra Mundial."

Assim começa o Rev. Max Surjadinata a sua reflexão "Em celebração da independência".

E continua: "*No dia 17 de Agosto de 1995 juntar-me-ei a todos os indonésios espalhados pelo mundo para celebrar e festejar o 50º aniversário da independência da Indonésia. Mas enquanto celebro esta data feliz, não consigo esquecer Timor. (...).*

Para mim, é tristemente irónico e trágico que a Indonésia, a orgulhosa campeã da auto-determinação, o país que reuniu pela primeira vez, na Conferência de Bandung de 1953, a Solidariedade das nações Afro-Asiáticas, seja agora ela-própria uma potência colonial. O país amado que me viu nascer, que sofreu uma vez uma ocupação injusta de mais de três séculos do domínio colonial holandês, é agora o cruel opressor de uma pequenissima nação vizinha.

O que está a ser feito em Timor Leste - em nosso nome - é totalmente contrário ao espírito de democracia e da decência inata ao povo indonésio. Apenas acontece porque o actual governo indonésio esconde a verdade sobre Timor ao povo indonésio.

Quando os indonésios descobrirem a verdade, reagirão com horror, com profunda tristeza e vergonha. Muitos falam de Timor Leste, muitas vezes correndo grandes riscos pessoais. Alguns dos mais ardentes defensores da auto-determinação para Timor são indonésios. (...).

Acredito que, assim como a Indonésia conquistou a sua independência, também um dia Timor Leste será livre. Os indonésios - que sofreram no passado as dores que os timorenses agora sofrem - insistirão para que o seu governo acabe com este negro capítulo da sua história e retire de Timor Leste. (...)."

COM OBJECTIVOS CLAROS

Um Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE saiu a público a defender uma causa que muitos julgam sem apoios

No dia 13 de Julho passado, o mais importante diário irlandês, *The Irish Times*, publicou um artigo de opinião sobre Timor Leste assinado pelo Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Irlanda, Dick Spring. Pelo seu conteúdo, que faz inveja a muito MNE português por cujas mãos passou a responsabilidade do problema, aqui o publicamos (os sub-títulos são da nossa responsabilidade).

UM DOS PRINCIPAIS ADVOGADOS

"*The Irish Times*, no seu editorial de sexta-feira passada, apelou ao Governo para que reforce a sua pressão diplomática sobre a Indonésia para que esta altere a sua política em relação a Timor Leste. *The Irish Times* tem razão. O Governo deve fazer mais, e fá-lo-á, para ajudar o martirizado povo de Timor Leste na sua luta para alcançar a justiça e os direitos humanos básicos a que tem direito.

É importante o que a Irlanda tem feito pois, creio, tem contribuído para os avanços na questão referidos neste editorial. A Irlanda tem sido e continuará a ser um dos principais advogados internacionais na questão de Timor Leste.

O caso é constrangedor. Um pequeno território foi invadido e anexado pelo seu poderoso vizinho num desafio ao direito internacional e às Nações Unidas. A administração militar indonésia de Timor Leste tem sido amplamente condenada, inclusive pelo Governo Irlandês, pelas suas brutais violações dos direitos humanos que têm envolvido execuções extrajudiciais, tortura, desaparecimentos, prisões à margem da lei e detenções arbitrárias.

O mais horrível e mais conhecido foi o massacre a sangue frio de mais de 270 pessoas em Novembro de 1991, quando as tropas indonésias abriram fogo sobre uma manifestação pacífica no cemitério de Santa Cruz em Díli. Uma investigação das Nações Unidas concluiu que os responsáveis pelo massacre foram membros das forças de segurança indonésias e criticou o governo indonésio por este não ter investigado satisfatoriamente a sorte dos que morreram e dos que desapareceram em consequência do massacre.

Mais recentemente, em Janeiro deste ano, soldados indonésios mataram seis homens em Liquiça num incidente que é visto como parte de uma prática mais vasta de violações e que reforça a necessidade de acção internacional.

A Irlanda tem pressionado nas Nações Unidas e no seio da União Europeia para que tal acção seja desencadeada. Temos mantido contactos com os que estão em posição de poderem influenciar os acontecimentos, incluindo o governo português, o governo australiano e individualidades em Timor Leste. E temos abordado a questão directamente com o go-verno indonésio. Quase todas as propostas contidas no plano de acção adoptado no recente Fórum Parlamentar de Lisboa, de onde o deputado Tom Kitt parece ter retirado a maior parte das ideias para o artigo no *The Irish Times* da semana passada, fazem parte da política do governo irlandês e estão a ser activamente seguidas.

Nos últimos meses tenho debatido a questão com Gareth Evans, o MNE australiano. Como vizinho importante da Indonésia, a Austrália pode desempenhar um papel importante ao influenciar as autoridades indonésias a mudar a sua política. Continuaremos a encorajar a Austrália a fazê-lo. Em Maio abordei a questão pessoalmente com o embaixador indonésio, e as autoridades indonésias não podem ter dúvidas sobre o profundo sentimento existente no governo e entre a opinião pública irlandesa sobre a actuação do seu governo.

Na recente sessão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a Irlanda empenhou-se para assegurar que tanto a União Europeia como a própria Comissão tomariam em consideração o problema. Um dos resultados positivos desta pressão foi a Indonésia ter concordado em convidar o Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU para visitar Timor Leste este ano e transmitir os resultados da sua visita às Nações Unidas. Foi um compromisso importante e esperamos que a Indonésia o respeite.

O trabalho da delegação irlandesa recebeu um louvor público por parte (...) da delegação de Timor Leste (...)."

OBJECTIVOS CLAROS

"A Irlanda tem condenado insistentemente a política indonésia em Timor Leste. Mas, como as recentes actividades, referidas anteriormente, o demonstram, a nossa política não se limita à condenação e inclui um activo empenhamento internacional na questão, com objectivos claros.

Queremos que a Indonésia ponha fim à sua ocupação ilegal do território.

Queremos uma solução política com base no direito internacional e na justiça.

Queremos que o povo de Timor Leste usufrua plenamente dos seus direitos, humanos e políticos.

Queremos parar com o fornecimento à Indonésia de armas que possam ser usadas como instrumento de opressão em Timor Leste.

Queremos que a Indonésia coopere com as Nações Unidas, com a Comissão de Direitos Humanos da ONU e com as ONG internacionais.

Acredito que estes objectivos têm, na Irlanda, o apoio esmagador da população, onde a situação do povo de Timor Leste despertou uma onda de preocupação e simpatia. Como Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros continuarei a trabalhar para garantir que ela se traduza numa acção efectiva a nível internacional."

BRASIL: TIMOR GANHA RAÍZES

Roque Rodrigues, representante de Timor Leste em Portugal,

foi convidado a estar presente no Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), realizado em Vitória do Espírito do Santo entre os dias 17 e 20 de Agosto.

Aproveitando o convite, este dirigente da Resistência timorense está a realizar um périplo de sensibilização para a questão de Timor por diversos Estados do Brasil, tendo sido planeadas iniciativas públicas importantes em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Por sua vez, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados brasileira prepara-se para realizar em Brasília um seminário internacional sobre esta questão.

Em paralelo, a mesma Comissão estuda a possibilidade de abertura de um escritório da representação da Resistência timorense em Brasília.

Entretanto, no passado mês de Junho, o Centro de Estudos e Solidariedade Amílcar Cabral (CESAC), uma ONG ligada à área dos Direitos Humanos sediada no Rio de Janeiro, lançou uma campanha de âmbito nacional envolvendo entidades políticas, sindicatos e ONG, instando o Ministro de Relações Exteriores a cortar os laços diplomáticas entre o Brasil e a Indonésia, enquanto a ocupação de Timor Leste persistir, e visando igualmente a constituição de uma "*Frente* [brasileira] *de Solidariedade*" com o povo de Timor Leste.

Em carta datada de 27 de Junho e dirigida ao Director do Departamento da Ásia e Oceânia do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, o CESAC, realçando que não se pode ficar indiferente "[...] *no momento em que se mata, tortura e massacra o heróico povo deste país irmão*", insta o Ministro "[...] *a tomar as providências necessárias para o rompimento de relações diplomáticas, comerciais e quaisquer outras com a Indonésia, já que não podemos compactuar com esta situação absurda de o nosso país manter relações com um Estado Agressor que ocupa, invade, massacra e destrói um povo e uma nação pequena porém digna que é Timor Leste.*"

PORTUGAL: CARTA A BOUTROS-GHALI...

Aproveitando a vinda a Lisboa do Secretário-Geral das Nações

Unidas, por ocasião das comemorações do 50º aniversário daquela instituição, um grupo diversificado de organizações da sociedade civil portuguesa - as três principais associações académicas do país (Coimbra, Lisboa e Porto), as duas centrais sindicais (CGTP e UGT), o Conselho Nacional da Juventude e várias organizações de solidariedade, entre as quais a CDPM, promotora da iniciativa, e a secção portuguesa da Plataforma Internacional de Juristas por Timor Leste - solicitaram-lhe uma audiência.

Na impossibilidade de serem recebidos por Boutros-Ghali devido à sobrecarga da sua agenda, uma delegação foi recebida pela sra. Rosário Green, Secretária-Geral Adjunta, a quem entregaram uma carta onde manifestam as suas preocupações relativamente à questão e à condução do processo negocial.

"*Perturbam-nos e chocam-nos as notícias que praticamente todos os dias nos continuam a chegar relativas a prisões, torturas, mortes e desaparecimentos (...). Sentimos que é de uma urgência extrema a necessidade de alterar este estado de coisas, tanto mais que, apesar dos compromissos assumidos pela Indonésia, a situação (...) se tem degradado progressivamente. (...).*

Solicitamos (...) que diligencie junto do governo indonésio no sentido da retirada gradual das forças militares ocupacionistas, principal agente das citadas violações de Direitos Humanos e da criação duma presença permanente da ONU no território, que aí poderá vir a desempenhar um importante papel estabilizador e de verificação das medidas acordadas no quadro negocial.

Não queremos deixar de saudar os esforços que tem pessoalmente dispensado à questão de Timor Leste, bem como o empenho da equipa que destacou para acompanhar o assunto. Um e outro são responsáveis por avanços discretos que já levaram os timorenses a serem associados, mesmo que indirectamente, ao processo negocial em curso. É preciso prosseguir por esta via, dar crescentemente a voz e a interveniência aos principais interessados, os timorenses. A prazo, só a escolha do seu destino pelos próprios timorenses, através dum genuíno acto de auto-determinação, poderá atingir as raízes do problema e contribuir para uma solução justa e duradoura do conflito."

... E BELO ENCONTRA-SE COM SOLIDARIEDADE

Aquando da sua recente passagem por Portugal, D. Ximenes

Belo acedeu a encontrar-se com representantes de organizações portuguesas solidárias com a luta do povo timorense. No decurso da reunião, realizada em finais de Julho último, a Associação 12 de Novembro, a CDPM e a Comissão "Liberdade para Xanana, Liberdade para Timor" apresentaram os respectivos grupos e fizeram um relato das actividades que têm desenvolvido em prol da questão. Tiveram ainda oportunidade de informar o Bispo do profundo interesse e simpatia que a opinião pública portuguesa dedica a Timor Leste.

D. Ximenes Belo aconselhou as organizações de solidariedade a prosseguirem os esforços, frisando as dificuldades com que os timorenses hoje se defrontam e os abusos de toda a ordem que o aparelho militar indonésio pratica no território. Segundo o Bispo Belo, para mudar a situação era preciso "*um 25 de Abril na Indonésia*". Ficaram abertas perspectivas para colaboração futura com a Diocese de Díli em assuntos de interesse comum, nomeadamente troca de informações e articulação com as iniciativas da Comissão "Justiça e Paz" diocesana em matéria de Direitos Humanos.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317